

• Nacional

19 MAR 1992

PÓLITICA ECONÔMICA

Econ-Brasil

Recessão compromete finanças públicas

por Luci Moraes
de São Paulo

A política econômica adotada pelo governo federal e seus efeitos recessivos estão agravando ainda mais as dificuldades enfrentadas pelo setor público. A tese foi apresentada ontem por especialistas durante o lançamento dos Indicadores IESP, uma publicação mensal do Instituto de Economia do Setor Público (IESP), da Secretaria Estadual da Administração, voltada para a divulgação de dados sobre a administração do setor público e condução da política econômica.

De acordo com o coorde-

nador do boletim, Cristian Andrei, a manutenção da taxa real de juro em patamares elevados está pesando fortemente sobre o endividamento interno, principalmente para estados, municípios e estatais, que não possuem as formas baratas de financiamento da União, como a emissão de moeda (ver página 21).

Respalhado pelo acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo tomou uma série de medidas a partir de outubro que refletiram diretamente no aumento da inflação mensal até o mês de janeiro. Entre elas, o técnico do IESP cita a manutenção das taxas

reais de juro em patamares elevados e os reajustes das tarifas públicas praticados em níveis superiores aos da inflação.

Essa política permitiu que na comparação com a média do ano passado fosse possível obter até 15 de fevereiro aumentos reais de 6,9% no preço da gasolina (ante os 8% de janeiro), 19% no gás liquefeito (ante 20,2%) e 14,9% do diesel (diante 16,1%). (Ver tabela).

O maior crescimento real do período foram os 52,2% registrados na tarifa básica do telefone, que apresentava uma das maiores defasagens dos preços de serviços públicos em relação ao início de 1980. Apenas o óleo combustível sofreu reajustes abaixo da inflação, indicando no período um recuo de 6,1%.

Outra consequência perversa para o setor público dos efeitos recessivos da atual política econômica é a queda da arrecadação dos impostos no ano passado.

Para São Paulo, que concentra a maior parte da atividade industrial do País, a retração da receita

TARIFAS PÚBLICAS						Vigentes no dia 15 de cada mês			91 = 100	
	Derivados de petróleo			Energia Elétrica	Telefone	Áco Chopão grosso				
	Gasolina	GLP	Diesel			média ^a	interurbano	básico	Usiminas	
1983 ^b	192,4	215,2	238,4	286,6	105,4	470,6	430,3	283,4	282,3	
1984	174,2	225,5	233,8	292,1	99,8	418,5	382,7	255,3	254,2	
1985	158,6	203,3	215,8	271,2	95,8	437,0	399,7	248,6	247,6	
1986	143,8	140,2	155,9	198,6	100,4	324,2	296,4	213,8	213,0	
1987	186,6	149,3	139,6	191,6	126,1	324,4	290,0	190,0	189,3	
1988	142,9	117,8	132,7	157,3	138,4	264,5	192,4	190,6	189,8	
1989	97,1	78,7	95,3	102,4	113,9	204,9	136,8	153,0	152,4	
1990	102,3	97,4	97,3	101,8	108,9	121,0	113,4	121,9	121,4	
1987 ^c	207,5	182,9	163,1	229,6	163,3	387,1	354,4	218,2	217,3	
1989 ^d	121,8	99,5	125,4	138,1	154,8	304,3	194,5	177,7	177,0	
1990 ^e	127,9	121,2	121,6	127,3	144,0	160,8	152,4	154,2	153,6	
1991	jan	99,8	96,8	95,8	99,8	90,6	99,6	89,6	111,8	113,9
	fev	120,9	98,4	118,7	123,6	121,5	130,6	117,4	92,3	94,0
	mar	112,7	91,7	110,7	115,2	113,3	121,7	109,4	86,1	87,7
	abr	103,7	84,4	101,8	106,0	104,2	111,9	100,6	86,7	88,3
	mai	97,3	79,2	95,5	99,5	97,8	105,1	94,5	81,4	82,9
	jun	97,0	102,6	95,2	99,2	97,9	103,3	92,9	85,2	86,7
	jul	97,6	102,8	96,1	99,3	95,3	91,6	82,3	84,2	85,7
	ago	97,0	102,2	98,4	95,9	93,3	88,8	79,8	94,0	95,7
	set	94,0	106,4	95,3	92,9	92,7	88,7	94,1	101,1	106,3
	out	92,1	107,8	96,0	87,1	86,2	85,2	104,2	107,3	113,7
	nov	85,6	103,3	87,7	83,4	102,4	86,1	115,3	127,8	115,1
	dez	102,4	124,5	108,8	98,2	104,8	87,4	119,9	142,4	130,2
1992	jan	108,0	120,2	116,1	94,8	103,1	111,0	152,2	141,5	137,2
	fev	106,9	119,0	114,9	93,9	104,1	110,7	151,8	142,4	134,4

Deflator: IGP-DI [a] média ponderada de 7 faixas tarifárias (ver Notas Metodológicas). [b] Médias anuais [c, d, e] Planas Bresser, Verão e Collor I, respectivamente. A partir de 15 de novembro, com a desequilização dos preços de gasolina, óleo diesel e álcool, adotamos os preços referentes à cidade de São Paulo, os quais sofreram pequena reajuste.

Fontr: Departamento Nacional de Combustíveis, Diário Oficial da União, Usiminas e Cosipa Elaboração Área de Empresas Estatais do IESP

foi mais acentuada que nos outros estados, atingindo 10% reais negativos em relação a 1990, o equivalente a US\$ 850 milhões (em valores correntes).

Entretanto, para 1992, as previsões são mais otimistas. "Deveremos fechar o ano com um crescimento real da receita entre 3 e 5%, se forem mantidas as condições atuais", estima o secretário da Fazenda do estado, Frederico Mazzucchelli, que acredita ter chegado a economia ao fundo

do poço no final do ano passado. "Comparados com uma base fraca, os resultados de 1992 deverão ser positivos", prevê Mazzucchelli, anunciando que espera em março um crescimento real de 15 a 17% da receita em relação ao mesmo mês de 1991, ou cerca de Cr\$ 1,1 trilhão. O secretário acrescenta que esse aumento é fruto também do aprimoramento da fiscalização com a implantação no começo do ano do Plano de Metas.